

A Linguagem em questão: caminhos e convergências

Jailton Lopes Vicente (SE-DF)

Este livro é uma publicação dos trabalhos apresentados no XVII Seminário do Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná (Cellip), realizado em outubro de 2005 na Universidade Estadual do Centro-Oeste, na cidade de Guarapuava – PR. Os encontros do Cellip ocorrem desde 1986 e somente os Anais vinham sendo publicados. A obra de Sheila Elias de Oliveira e Josalba Fabiana dos Santos é, portanto, um produto inédito deste tradicional Encontro, que envolve pesquisadores da área de Lingüística, Letras e Artes.

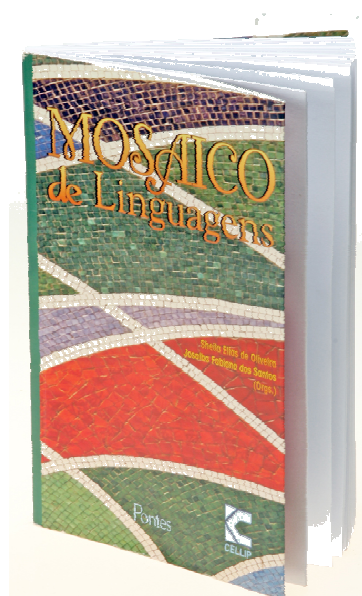


Foto: Andre Borges – Captura Nícleo de Fotografia

“Mosaico de Linguagens” é composto por 13 textos. A temática é, por sua vez, dividida em três grupos, de acordo com as mesas-redondas apresentadas no seminário. São elas: *Linguagem, Discurso, Ensino; Desafios da formação reflexiva de professores de Língua Estrangeira; Literatura e História*. Tratarei individualmente os textos dos seguintes autores: Eduardo Guimarães, Ana Zandwais, Luiz Francisco Dias e Sheila Elias de Oliveira. Os outros trabalhos serão abordados em função do tema da mesa-redonda, ou seja, em grupo.

O primeiro texto, **Espaço de enunciação e políticas de línguas**, de Eduardo Guimarães, apresenta uma análise focada no modo como línguas são afetadas pela história. A divisão das línguas não é, assim, de modo algum aleatória. Entender essa distribuição é analisar os processos históricos de constituição de uma sociedade. Pensando dessa forma, é preciso considerar o processo de colonização do Brasil e os

OLIVEIRA, Sheila Elias de e SANTOS, Josalba Fabiana dos (Orgs.). *Mosaico de Linguagens*. Guarapuava, PR: Cellip – Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

contatos estabelecidos com outras nações que aqui estiveram. Assim, temos no Brasil o funcionamento do português em relação com as línguas indígenas, as africanas e as dos imigrantes.

O autor aborda, ainda, a diversidade do português do Brasil, discutindo, sobretudo, questões relativas à divisão entre certo e errado. Nesse sentido, ele ressalta que “(...) a distribuição política das línguas para seus falantes, que é histórica, é tomada como natural e instala-se a norma como algo da ‘natureza’” (p. 21). Dessa perspectiva, os diversos falares são aceitos ou não por valores essencialmente políticos. O efeito ideológico imediato dessa situação é o funcionamento lingüístico ser encarado como algo fora da história e, portanto, natural, dado de antemão independente de tudo.

Nas duas últimas seções do texto, o autor mostra que existe a necessidade de se pensar os espaços de línguas como espaços em que uma língua não necessariamente exclua a outra. Segundo Guimarães, é preciso garantir o “direito de não falar a mesma língua de todos” (p. 24) sem, entretanto, esquecer o fato de que “todos” já é coisa do imaginário, efeito da ideologia.

O segundo texto, de Ana Zandwais, apresentado na mesa redonda *Linguagem, Discurso, Ensino*, tem como título **Diretrizes curriculares sobre o Ensino Médio: a interdiscursividade entre dois planos nacionais de educação** e analisa a articulação de aspectos discursivos dos Planos Nacionais de Educação dos governos Vargas (Segunda República) e Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A autora trilha um percurso interessante ao mostrar que apesar de o PNE dos governos Vargas e FHC, embora distantes cronologicamente falando, estão próximos no aspecto discursivo, cada um com suas particularidades, mas com diversos pontos de contato. Ana Zandwais procura ressaltar em sua análise o fato de que a distância no tempo é pulverizada pelo alinhamento discursivo presente nas ações voltadas para a educação em ambos os governos analisados em seu textos.

Inicialmente, Ana Zandwais trata da necessidade que tinha o governo Vargas de tentar criar uma unidade no tocante aos aspectos educacionais. Era uma época em que o nacionalismo estava em alta e, portanto, era necessário que o país se visse como um bloco único, homogêneo. Nesse sentido, a língua se mostra como o lugar próprio para que um país se identifique como sendo uma nação. A pesquisadora mostra, com relação

a este aspecto, que o projeto educacional do governo Vargas extrapolava os limites do pedagógico, tornando-se essencialmente um projeto político.

Vale destacar a abordagem da autora no tocante às glosas, colocadas de forma anexa ao programa, “para que fiquem explícitos os fins que determinam o perfil que a disciplina deve assumir, de modo uniforme” (p. 32). Tais comentários não são, de forma alguma, estruturas alheias ao funcionamento discursivo do texto, ao contrário, atuam como peça fundamental nesse processo, sobretudo porque cria uma materialidade discursiva específica. Aquilo que escapa ao texto, que não pode ser dito, acaba virando comentário paralelo, nota de rodapé ou anexo. Fica à margem, mas não deslocado do funcionamento discursivo, conferindo sentidos outros ao texto, criando um arranjo discursivo totalmente novo. Estas marcas permitem inferir que a língua é o elemento aglutinador da sociedade.

Após a análise das questões relacionadas ao governo Vargas, a autora analisa os PCN, enfocando os pontos de contato dos discursos produzidos em 1998 (na era FHC) e em 1939 (na era Vargas).

Seguindo a análise proposta no texto, o discurso dos PCN segue a mesma direção das diretrizes educacionais do governo Vargas. Os objetivos de ambos os governos são semelhantes, entretanto, assumem facetas próprias, como a questão do patriotismo, que assume diferentes formas, roupagens outras num governo e no outro, mas que de alguma forma convergem para o mesmo ponto. Tanto no governo Vargas quanto no de FHC está presente a idéia de que basta apropriar-se de um conhecimento concebido algures para que todas as questões sejam resolvidas.

Em Vargas, tem-se a noção de que “saber escrever torna-se, portanto, uma questão de “apropriar-se” de sentidos de leituras pré-determinadas” (p. 34). Ou seja, basta aprender a organizar o texto. O foco, segundo nos mostra o texto de Zandwais, está no fato de que o pensar sobre a prática da linguagem não era o principal, mas fazer com que os alunos aprendam somente a organizar os textos, reproduzir as estruturas apresentadas pela professora (o que é compreensível quando falamos de uma ditadura).

Já em FHC, a autora nos mostra “a ilusão de que a autonomia no processo de ensino-aprendizagem de língua materna pode ser conquistada através de “formas metodologicamente adequadas” de apropriação e textualização da linguagem (...)” (p. 38-39). Cria-se, dessa forma, uma noção bastante fracionada do processo de

ensino/aprendizagem, que passa, dessa perspectiva, a ser compreendido pelo viés do fracasso individual e não da ótica de uma política pública de educação.

A mesma configuração discursiva presente em 1939 (Vargas) e 1998 (FHC), percebida por meio da análise discursiva proposta por Ana Zandwais, deve-se ao fato de que o texto não fala somente de governos, no sentido empírico, mas trata do Estado. Em outras palavras, fala de posições (vale dizer, discursivas) construídas historicamente.

O próximo texto em questão, intitulado **Novas perspectivas no ensino de gramática na escola: o estatuto do exemplo em questão**, é de Luiz Francisco Dias e trata do estatuto do exemplo em gramáticas e em livros didáticos.

Na primeira parte do texto, o autor procura situar o leitor com relação às funções e características do exemplo, procurando destacar aspectos relativos às gramáticas e aos livros didáticos.

De um lado, Luiz Francisco Dias nos mostra que os exemplos nem sempre abarcam todos os aspectos relacionados ao conceito a que se referem. Ou seja, “são efetivos, mas não se integram ao conceito” (p. 47) De outro, o autor nos mostra o funcionamento dos exemplos do livro didático, “que são apresentados em função do conceito, mas estão longe de se constituírem em peças efetivas do uso lingüístico” (p. 47). É o que o texto chama de exemplo-ilha.

Na segunda parte, o autor apresenta uma nova possibilidade de abordagem do exemplo na gramática, o exemplo-colméia. O percurso analítico proposto por Luiz Francisco Dias baseia sua argumentação na análise do lugar do objeto direto nos provérbios. Ele mostra que “exemplos elaborados para um fim específico de demonstração ganham ancoragem em exemplos efetivamente realizados” (p. 52).

O quarto texto é de Sheila Elias de Oliveira, cujo título é **O texto no acontecimento**. Neste trabalho, a autora procura situar sua linha argumentativa na noção de texto, baseando-se na Semântica do Acontecimento e na análise do verbete “cidadão” no primeiro dicionário monolíngüe do português.

A autora propõe que o texto seja pensado não como “uma progressão contínua de “idéias” que se somam, formando um todo coeso e coerente” (p. 59), mas deve ser visto “a partir do movimento dos sentidos” (p. 59). O efeito de unidade é o resultado imediato desse processo. Assim, o texto pensado do ponto de vista do ensino não pode,

segundo a autora, deixar de considerar seus movimentos discursivos. O que permite ser dito isto **e** aquilo e não somente isto **ou** aquilo.

A análise do verbete “cidadão” vai ao encontro dessa definição, pois mostra que a leitura do dicionário não deve buscar um sentido pronto, deve considerar que a constituição desse instrumento lingüístico funciona discursivamente, ou seja, o dicionário é, então, compreendido como um texto e, portanto, sujeito às determinações históricas e ideológicas.

Conclui Sheila Elias afirmando: “a análise nos mostra que há mais na leitura do dicionário do que a consulta normativa” (p. 64), o que não ocorre ao se considerar o dicionário fora da história. Os instrumentos lingüísticos estão inseridos nos movimentos da história, conferindo-lhes, assim, diversas configurações de significados.

Os próximos textos são referentes à mesa-redonda *Desafios da formação reflexiva de professores de Língua Estrangeira* e procuram mostrar o atual estágio das pesquisas nesta área e os principais problemas relativos à formação dos docentes de Línguas Estrangeiras.

O último grupo trata de “Literatura e História” e procura relacionar textos literários com aspectos associados à constituição das identidades culturais de um povo. Há, ainda, textos que tratam da questão da voz do narrador em Machado de Assis (no trabalho de Sílvia Maria Azevedo) e da recontextualização da violência, no texto de Sigrid Renaux, intitulado **Recontextualizações da violência em narrativas ficcionais e fílmicas**.

O livro “Mosaico de Linguagens”, organizado por Sheila Elias de Oliveira e Josalba Fabiana dos Santos, é importante na medida em que mostra, desde seu título, as diferentes possibilidades de abordagem das diversas questões de linguagem. O livro evidencia que é possível transitar por diversos percursos teóricos sem, contudo, fazer disso, uma costura sem um fio condutor.

Jailton Lopes Vicente é professor concursado da rede pública de ensino do Distrito Federal; Coordenador Pedagógico do Centro de Ensino Fundamental 2006, na Cidade Satélite do Recanto das Emas; egresso do Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília, onde foi bolsista de Iniciação Científica. (jailtonlv@gmail.com)